

DIVERSIDADE E UNIDADE NO IMPÉRIO OTOMANO: O DILEMA DA “NEGLIGÊNCIA BENIGNA”

Diversity and Unity in the Ottoman Empire: The Dilemma of “Benign Neglect”

Danny Zahreddine ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7400-0300>

E-mail: danny@pucminas.br

^a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Departamento de Relações Internacionais, Minas Gerais, MG, Brasil

Debate sobre o artigo "Por que é importante estudar história do Império Otomano?" de Monique Sochaczewski. Publicado em Revista Debates em Educação, v. 32 (2025). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2025.e106590>

Discussion on the article "Why is it important to study the history of the Ottoman Empire?" by Monique Sochaczewski. Published in Revista Debates em Educação, v. 32 (2025). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2025.e106590>

RESUMO

O Império Otomano foi uma relevante força político-militar euroasiática durante os séculos XIV e XX. Uma de suas principais características era seu extenso território e a multiplicidade de povos sob seus domínios. Esta diversidade étnico-religiosa revelou-se um grande desafio para a governança do império, e uma série de práticas serão utilizadas pelos Otomanos na busca de uma melhor governabilidade em suas possessões territoriais. Este artigo busca apresentar o dilema vivenciado por grandes impérios, que é governar da diversidade, tendo como pano de fundo o caso Otomano. A ideia de "Negligência Benigna", apresentado por Catherwood (2006), revela a dificuldade em conciliar políticas de autonomia relativa a comunidades locais, com as complexas disputas com forças externas. O caso do Emirado do Monte Líbano é apresentado como exemplo desta relação entre o império e potências europeias. O artigo revela que a utilização pelo Império Otomano do sistema de *Millets* e das Capitulações, em meio às disputas do Concerto Europeu e o enfraquecimento Otomano, estimulou a intervenção externa contra o Império, contribuindo para sua fragmentação territorial e posterior dissolução.

PALAVRAS-CHAVE: Império Otomano. Diversidade. Concerto Europeu.

ABSTRACT

The Ottoman Empire was a significant Eurasian political and military force during the 14th and 20th centuries. One of its main characteristics was its vast territory and the multiplicity of peoples under its rule. This ethno-religious diversity proved a major challenge for the empire's governance, and the Ottomans adopted a series of practices in their quest for better governability within their territorial possessions. This article seeks to present the dilemma faced by large empires: governing through diversity, against the backdrop of the Ottoman Empire. The concept of "Benign Neglect," presented by Catherwood (2006), reveals the difficulty in reconciling policies of autonomy for local communities with complex disputes with external forces. The case of the Emirate of Mount Lebanon is presented as an example of this relationship between the empire and European powers. The article reveals that the Ottoman Empire's use of the *Millets* and Capitulations system, amidst the disputes of the Concert of Europe and Ottoman weakening, encouraged external intervention against the Empire, contributing to its territorial fragmentation and subsequent dissolution.

KEYWORDS: Ottoman Empire. Diversity. Concert of Europe.



O Império Otomano foi uma das forças mais significativas da Eurásia, e entre os séculos XIV e XX transformou de maneira profunda a realidade das relações internacionais, até mesmo em seu estágio final de existência. Seja pela sua posição geográfica, entre o mundo europeu e islâmico, ou pelas disputas do “Concerto Europeu”, a história do Império fundado por Osman provou-se essencial para a realidade do “Velho Continente” e do Oriente Médio.

Provocado pelo artigo da Profa. Monique Sochaczewski, analisarei uma característica marcante do Império Otomano, que diz respeito à diversidade étnico-religiosa de sua sociedade, e as ações de descentralização político-administrativa adotadas pelo Império para lidar com o desafio de sua extensão territorial. Neste sentido, a ideia de “Negligência Benigna” trabalhada por Catherwood (2006), é uma forma interessante de pensarmos os desafios de grandes impérios que precisam lidar com aspectos da multiculturalidade associado à grandes dimensões territoriais.

Para exemplificar esta realidade, apresentarei um caso marcante da descentralização administrativa do Império Otomano que acarretou desdobramentos profundos para o futuro do império: A governança do Monte Líbano e a tentativa de secessão pelo Príncipe Fakhreddine II e a posterior intervenção europeia na região.

O Avanço Otomano e o auge de sua dimensão territorial

O avanço Otomano encontra seu auge no período do Sultão¹ Suleimen o Magnífico, no início do século XVI. Porém, uma batalha foi essencial para que a presença turca se expandisse pelos domínios do Império Bizantino, que foi a batalha de Manzikert, entre o Sultão Seljúcida Alp-Arslan e o Imperador Bizantino Romanus IV Diógenes.

Esta batalha foi crucial para a expansão dos povos turcos pela Anatólia Central, e levou ao retraimento definitivo do Império Romano do Oriente daquela zona. A vitória de Arslan gerou um impacto profundo no Império Bizantino, em razão da ocupação Seljúcida por quase toda a Anatólia Central, diminuindo a presença da cristandade bizantina daquela região (Catherwood, 2006).

Porém, a história do Império Otomano não começa com Arslan, e sim com Osman, como bem apontado por Sochaczewski (2025). A presença de várias tribos turcas, pela Anatólia, resultado de avanços anteriores dos seljúcidas preparará o espaço para a ascensão do Império Otomano.

¹ O título de Sultão era utilizado por povos turcos da Ásia Central, que depois ocuparam a Anatólia, como os turcos Seljúcidas, título que posteriormente foi atribuído aos principais líderes Otomanos.



Em uma batalha contra as forças bizantinas em 1301 d.C, próximo da cidade de Nicéia, Osman estabeleceu seu povo como uma nova força entre os muitos grupos turcos que habitavam a Anatólia. O processo de expansão dos povos liderados por Osman, depois denominados otomanos, durante o século XIV envolveu o controle de áreas europeias importantes, como sua presença na Trácia e nos Bálcãs. Além disso, a tomada de Constantinopla em 1453, e as campanhas na Áustria, com Suleiman o Magnífico e seus sucessores, representou o poder e alcance máximo do Império Otomano naquela região, conectando a fronteira Persa com o norte da África e boa parte da Europa Oriental, entre os anos de 1683 a 1699.

É neste contexto que o Sistema de *Millets* começará a ser usado pelos otomanos. O termo *millet* vem do árabe *millah*, que significa “comunidade religiosa” ou “nação”, e foi um arranjo criado pelo Império Otomano, logo após a tomada de Constantinopla, para lidar com as minorias religiosas não islâmicas do Império. Ao invés de classificar as populações por território, o Império separou tais povos de acordo com sua comunidade confessional, e permitiu certo grau de liberdade aos “povos do livro²” para que eles pudessem lidar com questões relativas ao seu dia a dia. Família, herança, educação, casamentos e tribunais para dirimir controvérsias pessoais e sociais eram permitidas a comunidades religiosas específicas.

Isto criou uma autonomia confessional relativa, e não territorial. Cada *millet* era liderado por um chefe religioso que fazia a ligação entre a comunidade e o Império. Os líderes religiosos cobravam e administravam os impostos da comunidade; poderiam aplicar normas religiosas e representavam o grupo perante a “Sublime Porta³”. Porém, o Estado otomano mantinha o direito de tomar as decisões finais, legislando, intervindo ou reformando tais comunidades.

O sistema millet, que estabelecia uma hierarquia de dois níveis entre uma comunidade superior, composta por muçulmanos, e uma comunidade inferior, “protegida”, composta pelo “povo do Livro” – cristãos e judeus. Estes últimos gozavam de certa liberdade de crença religiosa e do direito de realizar seus ritos religiosos em troca do pagamento de um imposto de proteção, a *jizya*. Essa distinção implicava diferenças tangíveis nas relações das duas comunidades com a divisão social do trabalho. Geralmente

² O termo “povos do livro” é utilizado pela tradição islâmica para denominar as duas religiões protegidas pelo Islã, judaísmo e cristianismo, por pertencerem à mesma tradição teológica iniciada pela Torah judaica e pela Bíblia cristã, e sua influência no próprio Corão. A eles eram permitidos a prática religiosa não islâmica e proteção, desde que pagassem um imposto especial, a *jizya*.

³ “Sublime Porta” ou *Bab-i Ali* em turco, foi uma referência à autoridade política e burocrática do Império Otomano em Istambul, utilizando uma figura de linguagem relativa ao grande portão localizado próximo ao palácio de Topkapi, onde eram recebidas as representações diplomáticas no Império.

excluídos das funções militares/administrativas, cristãos e judeus tendiam a se especializar em comércio, finanças e artesanato (Traboulsi, 2012, p. 4, tradução nossa⁴).

O sistema de *Millet* refletiu esta nova realidade territorial do Império, formado não somente por turcos, mas por uma sociedade Multiétnica e linguística. Por meio deste sistema, os Otomanos buscavam criar uma condição de governança viável visto a extensão e heterogeneidade do Estado. Esta nova realidade geodemográfica gerou desafios enormes para o Império Otomano. Turcos, árabes, armênios, curdos, búlgaros, gregos, judeus, sérvios, dentre outros, eram povos sob seu domínio. Para além da etnicidade, tais regiões também eram povoadas por religiões distintas, como o Islã sunita e xiita, drusos, católicos, protestantes, igreja cristã ortodoxa e todas suas ramificações, bem como o judaísmo, dentre outros.

Embora a burocracia do império tenha assimilado os seus vários componentes étnicos numa unidade islâmica-dinástica centralizada (a elite identificava-se como otomana e não turca), com base numa premissa religiosa (as comunidades religiosas oficialmente reconhecidas, os millets), houve uma divisão entre etnia e religião nas várias regiões do império (Zahreddine & Cherem, 2020, p. 64, tradução nossa⁵).

Ao mesmo tempo, a burocracia Otomana se mostrava ultrapassada, incapaz de coletar impostos de maneira eficiente, utilizando métodos quase feudais. Com uma população de mais de 20 milhões de pessoas no início do século XIX, não conseguia gerar suficientes fundos para os cofres públicos. A questão econômica gerava impactos na arrecadação e inflação, acarretando em enfraquecimento paulatino de seu exército, que não conseguia se modernizar, e em sua competitividade comercial com os países europeus (Levy, 1982, p. 239). O desafio do império neste período era como manter suas possessões territoriais, arrecadação de impostos e a ideia de uma identidade Otomana em um momento em que a Europa inseria em suas disputas locais o destino do Império Otomano.

⁴ No original: “The millet system, which established a two-tier hierarchy between a higher community, made up of Muslims, and a lower ‘protected’ community, made up of the ‘people of the Book’ – Christians and Jews. The latter enjoyed a measure of freedom of religious belief and the right to perform their religious rites in return for the payment of a protection tax, the jizya. This distinction implied tangible differences in the relations of the two communities to the social division of labour. Generally barred from the military/ administrative functions, Christians and Jews tended to specialise in commerce, finance and handicrafts”.

⁵ No original: “Although the empire’s bureaucracy assimilated its various ethnic components into a centralized Islamic-dynastic unity (the elite identifying themselves as Ottoman, not Turkish), based on a religious premise (the officially recognized religious communities, the millets), there was a split between ethnicity and religion in the various regions of the empire”.

Reforma do Estado e busca pela Modernização

Associado à sua dimensão territorial, diversidade populacional e posição privilegiada entre a Europa e a Ásia, o Império Otomano vivenciava uma crise de arrecadação profunda ao final do século XVIII e início do século XIX, resultado de sua burocracia inchada e ineficiente, bem como de seus métodos antiquados de arrecadação de impostos. Desde o século XVI este já era um problema do Império Otomano, que irá se revelar mais claramente em suas derrotas militares no século XVIII (Karaman & Pamuk, 2010).

Em razão do aumento da crise econômica do Império, uma série de reformas foram implementadas, sendo a mais importante delas a Reforma Tanzimat, feita pelo Sultão Abdulmejid I e seu irmão Abdulaziz I, entre 1839 e 1876. Tais reformas impactaram a economia, a política, as forças armadas, a burocracia, e principalmente a ideia de nacionalidade Otomana. A Reforma Tanzimat acabou com a diferenciação entre muçulmanos e não-muçulmanos, dando a estas religiões não-islâmicas direitos e deveres iguais aos dos muçulmanos.

Quando o Império Otomano é integrado ao “Concerto Europeu”, suas relações com as grandes potências mudou, e os jogos de aliança, bem como as tentativas de intervenção nos assuntos internos do Império serão práticas frequentes. De acordo com Zahreddine e Cherem (2020):

É importante ter em mente que, embora o Império Otomano tenha se tornado um ator reconhecido na sociedade internacional e nunca tenha sido diretamente colonizado ou completamente dominado por potências europeias, sua própria sobrevivência dependia de uma delicada interação entre autonomia, reformas e alianças internacionais, e seu status como um “membro de segunda classe” do Concerto Europeu deriva tanto de sua fragilidade militar e econômica quanto do equilíbrio de poder europeu (Áustria-Hungria, Reino Unido, França, Prússia/Alemanha e Rússia) (Zahreddine & Cherem, 2020, p. 62, tradução nossa⁶).

Esta condição do Império Otomano revela o equilíbrio tênue existente entre a manutenção de sua soberania, com uma sociedade multiétnica e religiosa, em momento de reformas profundas de suas instituições e os avanços de forças europeias sobre suas terras e populações, resultado das disputas próprias do Concerto Europeu.

⁶ No original: “It is important to bear in mind that, although the Ottoman Empire had become a recognized actor in international society and has never been directly colonized or completely dominated by European powers, its very survival depended on a delicate interplay between autonomy, reforms and international alliances, and its status as a “second-class member” of the European Concert derives both from its military and economic fragility and from the European balance of power (Austria-Hungary, United Kingdom, France, Prussia / Germany, and Russia)”.

Neste sentido, alguns casos exemplificam bem a complexidade das relações entre as comunidades religiosas não islâmicas do Império Otomano e a tentativa de intervenção nos assuntos internos do Império pelas forças europeias, como a criação do Emirado do Monte Líbano e o Millet Ortodoxo.

O Emirado do Monte Líbano: O custo da descentralização administrativa do Império Otomano.

O Emirado do Monte Líbano foi uma unidade semi-autônoma criada pelo Império Otomano em 1523 com o objetivo de garantir defesa e coleta de impostos naquela área do Império. O sistema Otomano do *lqta* dava direito à determinadas minorias étnicas ou tribais, sob o comando de um governador Otomano (*walis*), de coleta de impostos, ordem pública e defesa territorial em áreas desérticas ou montanhosas (Traboulsi, 2012).

As famílias que recebiam o direito do *lqta* eram conhecidas como *muqata`ji*. Tal direito, concedido pelo governo otomano poderia ser hereditário, e representava uma distinção social, econômica e política para as elites locais. As responsabilidades dos *muqata`ji* estavam ligadas à coleta de impostos, ordem pública e defesa da região contra inimigos externos do Império. A coleta de impostos era feita com relação a camponeses, comerciantes e todo tipo de atividade econômica, sendo que os valores cobrados eram de livre escolha dos *muqata`ji*, sendo necessário apenas enviar à “Sublime Porta” o montante estipulado pelo Império. Os valores excedentes ficariam de posse das famílias de cobradores de impostos (Traboulsi, 2012).

Um primeiro dilema gerado por este sistema foi o fortalecimento das elites locais, que em pouco tempo ampliaram sua área de atuação e buscaram mais autonomia. O caso do príncipe druso Fakhreddine II, da dinastia Maan, que recebeu o direito de governar sobre o Emirado do Monte Líbano é exemplar. Responsável pela integração da área das montanhas do atual Líbano, conseguiu estimular a convivência entre as populações cristãs maronitas e drusas, além de organizar a produção da seda na região. Ao permitir a migração de cristãos para áreas majoritariamente drusas, ao sul do Monte Líbano, e estimulado a atividade econômica da produção da seda (prática desenvolvida principalmente pelos maronitas), ele gerou uma maior integração destas duas populações majoritárias das montanhas (Salibi, 1988, p. 67). De acordo com Zahreddine e Cherem (2020), este movimento foi o embrião da nacionalidade libanesa, que terá como primeira manifestação a tentativa frustrada do próprio Fakhreddine II de criar o Emirado Independente do Monte Líbano (Zahreddine & Cherem, 2020).



A busca pela independência do Emirado foi apoiada pela comunidade drusa e maronita, pelo Vaticano e pelos Médicis de Florença. Porém, quando os planos foram descobertos pelos Otomanos, Fakhreddine II se exilou em Florença, por cinco anos. Ao retornar ao Monte Líbano e tentar retomar o controle da região foi preso em 1633 e executado em Istambul pelo Império em 1635 (Traboulsi, 2012). Este primeiro momento da história da presença Otomana no Líbano revela os impactos da descentralização administrativa do Império em uma região marcada por diversidade étnico-religiosa e conflitos locais.

Um outro momento chave da história do Monte Líbano foi a nomeação de Bashir Shihab II como Emir do Monte Líbano, em 1788. Bashir II foi o Emir que governou por mais tempo o Emirado do Monte Líbano, de 1788 a 1840. De origem sunita, mas convertido ao cristianismo, promoveu uma política sectária entre drusos e maronitas, aprofundando os conflitos na região. Os drusos, principais donos das terras e *muqata`jis*, e os maronitas, em sua maioria camponeses, artesãos e comerciantes, se enfrentavam em conflitos constantes, em razão das relações semifeudais mantidas pelo sistema Otomano do *lqta*.

Neste cenário, Bashir II empreendeu uma política de redução da influência econômica e política dos drusos no Monte Líbano, aprofundando as disputas entre as duas comunidades majoritárias da região. Em 1840 a crise se aprofundou, e a população cristã maronita do Monte Líbano (grupo numericamente superior à época) iniciou uma série de revoltas contra os *muqata`jis* drusos, o que forçou o Império Otomano a dividir o Emirado em duas províncias em 1843 (*Qaymaqam* duplo), uma controlada pelos cristãos Maronitas ao norte, e uma controlada pelos drusos ao sul (Harris, 2012). A divisão do Monte Líbano foi resultado da intensa pressão imposta por Reino Unido, França e Áustria, em defesa das populações cristãs.

Porém, a divisão geográfica e política aprofundou ainda mais as disputas sectárias, e o ponto culminante da crise ocorreu em 1860, quando revoltas maronitas em propriedades drusas gerou uma resposta violenta dos *muqata`jis* drusos, gerando massacres contra cristãos nas cidades de Zahle, Deir al Qamar e Damasco. Os massacres foram resultados também da interferência externa no Monte Líbano. De um lado, os franceses apoiaram com armas e dinheiro os cristãos maronitas contra os drusos, por outro, os britânicos apoiavam os drusos e otomanos contra a influência francesa na região (Harris, 2012).

A crise de 1860 levou ao fim do *Qaymaqam* duplo criado em 1843, e a pressão francesa contra o Império Otomano, que já vivenciava um processo de franca decadência, acabou por ceder às pressões. Em 1861 o Império Otomano criou uma nova Província



Semiautônoma do Monte Líbano, mas desta vez, com o objetivo de resguardar o legado cristão das montanhas libanesas, fruto da pressão Francesa.

Em 9 de junho de 1861 o Império Otomano criou a província semiautônoma do Monte Líbano. O *Mutassarifat* do Monte Líbano foi governado por vários cristãos não libaneses, sob a supervisão da França, Reino Unido, Áustria, Prússia e Rússia (Traboulsi, 2012). Este sistema funcionou até 1915, e quando os Otomanos perderam a Primeira Guerra Mundial, franceses e ingleses ocuparam a região, sob os auspícios dos Acordos secretos de *Sykes Picot* (Zahreddine, 2020, p. 34).

Os massacres de 1860 demonstram a dificuldade do Império Otomano em lidar com a complexidade da realidade multiétnica-religiosa de seu Império e das disputas com as grandes potências europeias. O Caso libanês é revelador da tensão que o Império Otomano sofria ao buscar um sistema que pudesse acomodar as pressões político-sociais em regiões distantes dos polos geográficos majoritariamente sunitas, e ao mesmo tempo manter sua autoridade e soberania nestas regiões, sem afetar as difíceis relações com as potências europeias.

Impactos da “Negligência Benigna” na sobrevivência do Império Otomano.

Ao pensarmos porque é importante estudarmos o Império Otomano, uma primeira resposta toca uma questão central para os estudos de história e Relações Internacionais, que é compreender como grandes impérios lidam com os desafios de manter sua unidade na diversidade. Quando esta questão é inserida em um contexto de disputa de poder entre grandes potências europeias, e a realidade Otomana é de crise econômica, esta temática se torna ainda mais rica para o nosso campo de pesquisa.

O sistema de *millets* foi uma resposta parecida às *satrapias*⁷ utilizadas pelos persas e pelos Macedônios, mas de caráter confessional. Esta iniciativa buscou criar as condições para que o Império pudesse acomodar as tensões advindas da diversidade étnico-religiosa de sua sociedade e permitir a manutenção da integridade física e política do Império.

Assim como o caso do Emirado do Monte Líbano, o *millet* ortodoxo é um exemplo importante para entendermos como esta iniciativa de caráter doméstico e relevante para a organização do império se tornou uma porta de entrada para pressões externas contra os Otomanos. O nacionalismo eslavo, alimentado pelo Império Russo nas províncias cristãs

⁷ As *satrápias* eram unidades provinciais criadas pelos Persas com o intuito de administrar seu vasto império multiétnico. Estas províncias eram administradas por governantes locais que possuíam relativa autonomia, desde que se mantivessem fiéis ao poder central do Imperador Persa. Este sistema também será utilizado por vários outros impérios na antiguidade, a exemplo do Império Macedônio com Alexandre o Grande.

do Império Otomano acarretou nos processos de independência de praticamente todos os países balcânicos no século XIX, deixando os Otomanos com a posse de uma diminuta porção de terra no continente europeu, a Trácia Oriental.

Por outro lado, as Capitulações representaram também um enorme desafio para a soberania Otomana. Para Button e Cleveland (2009):

A entrada de produtos manufaturados europeus no império e o eventual domínio do comércio otomano pelos europeus e seus protegidos foram facilitados por uma série de tratados comerciais, conhecidos como Capitulações, que os sultões otomanos assinaram com os estados cristãos da Europa. O primeiro acordo de Capitulação foi negociado com a França em 1536; permitiu que os comerciantes franceses comercializassem livremente nos portos otomanos, fossem isentos de impostos otomanos e importassem e exportassem mercadorias com baixas taxas alfandegárias. Além disso, o tratamento concedeu privilégios extraterritoriais aos comerciantes franceses, permitindo-lhes ficar sob a jurisdição legal do cônsul francês em Istambul, tornando-os, assim, sujeitos à lei francesa em vez da lei otomano-islâmica. Este primeiro tratado foi o modelo para acordos subsequentes assinados com outros estados europeus (Bunton & Cleveland, 2009, p. 50, tradução nossa⁸).

A princípio, as capitulações tinham como objetivo atrair o capital europeu para o Império, permitindo uma maior integração ao sistema capitalista à época. Em seu início, com o Império ainda forte, as capitulações tinham um efeito positivo, de atração e expansão dos negócios e da rede comercial, mas com a decadência do império, principalmente no século XIX, e com o avanço do capitalismo europeu para a Ásia, as capitulações foram utilizadas como instrumento de pressão e controle político-econômico, de privilégios extraterritoriais contra os Otomanos, o que também interferiu em sua relação com as comunidades religiosas do Império. Reino Unido, Holanda, Rússia e vários outros países europeus assinaram acordos de Capitulação com o Império Otomano, o que gerou com o passar das décadas o sucateamento da indústria Imperial (Bunton & Cleveland, 2009).

Após o controle do “Comitê União e Progresso” (CUP) da política Otomana, liderados pelos Jovens Turcos no início do século XX, uma série de novos procedimentos foram implementados, dentre eles, a extinção das capitulações em 1914 (início da Primeira

⁸ No original: “The penetration of European manufactured goods into the empire and the eventual domination of Ottoman commerce by Europeans and their protégés were facilitated by a series of commercial treaties, known as the Capitulations, that the Ottoman sultans signed with the Christian states of Europe. The first Capitulation agreement was negotiated with France in 1536; it allowed French merchants to trade freely in Ottoman ports, to be exempt from Ottoman taxes, and to import and export goods at low tariff rates. In addition, the treatment granted extraterritorial privileges to French merchants by permitting them to come under the legal jurisdiction of the French consul in Istanbul, thus making them subject to French rather than Ottoman-Islamic law. This first treat was the model for subsequent agreements signed with other European states”.

Guerra Mundial), e a introdução de políticas protecionistas para incentivar a indústria nacional.

Os Jovens Turcos foram muito influenciados pela tradição política europeia, sendo para eles um modelo de gestão e visão política moderno. Muitos expatriados turcos que viviam na França e Grã-Bretanha colaborarão com esta nova fase do Império (Findley, 2010). Porém, o maior impacto causado pela mudança da perspectiva política dos Jovens Turcos foi com relação ao Concerto Europeu. Muito associada à influência europeia, os jovens oficiais deixam de lado a usual prudência política dos Sultões otomanos, e a proximidade com os britânicos, e iniciam um processo de confrontação com antigos aliados essenciais para a sua sobrevivência.

A aproximação do CUP com a Alemanha Imperial foi um movimento essencial para acelerar o fim do império, pois ao se aliarem à Alemanha, romperam os laços tradicionais com o Reino Unido, força que apoiava a manutenção do império em razão do Concerto Europeu e de sua rivalidade com o Império Russo. A ação dos jovens turcos viabilizou a aliança entre Reino Unido e Império Russo, o que levou ao fim da contenção britânica sobre os projetos de poder dos russos sobre as possessões do Império Otomano (Catherwood, 2006).

Considerações Finais

A ideia de negligência benigna diz respeito a políticas “benignas” de relativa autonomia sociopolítica em determinadas áreas do Império Otomano, que permitia às minorias religiosas ou étnicas liberdades importantes para manifestação de suas crenças e costumes. Porém, o aspecto da “negligência” residia no alto preço pago por este tipo de política, que acarretou para a “Sublime Porta” uma forte ingerência externa nos seus assuntos internos relativos às suas minorias, vindo das grandes potências do Concerto Europeu.

Ao final do Século XIX, o “homem doente da Europa”, alcunha dada pelo Czar Nicolau I da Rússia ao Império Otomano, se tornava a peça principal daquilo que ficou conhecido como o “Grande Jogo”, isto é, o ponto de equilíbrio entre as disputas das grandes potências europeias do século XIX e XX. Neste sentido, os *Millets* e as Capitulações representaram as portas de entrada para as pressões russas, francesas, britânicas e austríacas contra os Otomanos, e sua “benigna” política minoritária acabou se



transformando em ação “negligente” que acarretou na paulatina intervenção externa e enfraquecimento do Império Otomano.

Seja na história dos grandes impérios, ou na realidade das principais potências do século XXI, governar na diversidade continua sendo uma tarefa difícil, mas primordial. Estudar o Império Otomano nos permite aprender lições importantes sobre como lidar com um binômio essencial para qualquer Estado atual: diversidade e soberania, principalmente em tempos de profunda interdependência econômica e política, pressões externas, e comunicação transnacional em tempo real, condições cada vez mais significativas para a realidade do Estado Nação contemporâneo.

Referências

Bunton, M., & Cleveland, W. L. (2009). *A history of the modern Middle East* (4th ed.). Westview Press.

Findley, C. V. (2010). *Turkey, Islam, nationalism, and modernity: A history*. Yale University Press.

Harris, W. (2012). *Lebanon: A history, 600–2011*. Oxford University Press.

Karaman, K. K., & Pamuk, Ş. (2010). Ottoman state finances in European perspective, 1500–1914. *Journal of Economic History*, 70(3), 593–629.
<https://doi.org/10.1017/S0022050710000457>

Levy, A. (1982). Military reform and the problem of centralization in the Ottoman Empire in the eighteenth century. *Middle Eastern Studies*, 18(3), 227–249.
<https://doi.org/10.1080/00263208208700509>

Salibi, K. (1988). *A house of many mansions: The history of Lebanon reconsidered*. I.B. Tauris.

Sochaczewski, M. (2025). Por que é importante estudar história do Império Otomano? *Esboços*, 33.

Traboulsi, F. (2012). *A history of modern Lebanon*. Pluto Press.

Zaheddine, D. (2020). Do Pequeno ao Grande Líbano: Os desafios contemporâneos da República Libanesa. *Conjuntura Internacional*, 17, 29–47.

Zaheddine, D., & Cherem, Y. A. (2020). Integration, conflict, and autonomy among religious minorities in the late Ottoman Empire: The Greek-Catholic (Melkite) Church and sectarian turmoil in Mount Lebanon and Damascus. *Estudos Internacionais*, 8, 59–79.



NOTAS

AUTORIA

Danny Zahreddine: Doutorado em Tratamento da Informação Espacial. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Dom José Gaspar, 500. Coração Eucarístico. CEP: 30535901 - Belo Horizonte, MG - Brasil

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Danny Zahreddine

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não teve uso de imagem.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Danny Zahreddine. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alexandre Busko Valim, Fábio Augusto Morales, Daniela Capri

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de novembro de 2025

Aprovado em: 08 de dezembro de 2025

Como citar: Zahreddine, D. (2026). Diversidade e unidade no Império Otomano: o dilema da “negligência benigna”. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 33, 1–13. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2026.e110028>

